

## **A CONDIÇÃO DE POBREZA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BACABAL-MA: A IMPORTÂNCIA DO BENEFÍCIO.**

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do Programa Bolsa Família para as famílias beneficiárias do município de Bacabal no Estado do Maranhão. O benefício associado às condicionalidades conforme desenho do referido Programa objetivam incentivar as famílias beneficiárias a acessarem os serviços sociais básicos do município, o que impactaria de maneira positiva sobre sua condição de pobreza. No primeiro momento, tenta-se compreender o fenômeno da pobreza à luz das diferentes concepções teóricas, para em seguida, captar o fenômeno a partir da concepção dos gestores e técnicos do Programa no Município e principalmente, das famílias beneficiárias. Finalmente, relaciona-se o benefício com as condições socioeconômicas destas famílias. A pesquisa ajudou a corroborar com a idéia da importância do benefício para estas famílias. Mesmo sendo uma quantia que não atenda substancialmente as suas reais condições materiais de vida, traduz-se em uma renda significativa.

Palavras-chave: Pobreza. Programa Bolsa Família. Benefício

## 1 INTRODUÇÃO

O aumento da pobreza nas sociedades capitalistas desde a década de 1980, decorre das mudanças ocorridas no padrão de desenvolvimento destas, intensificadas a partir da referida década, que dentre outras conseqüências, têm ampliado consideravelmente as estatísticas sobre o desemprego no mundo. Os programas de transferência de renda se colocam, portanto, como estratégias do Estado para enfrentar as conseqüências advindas da dificuldade de inserção de determinados grupos no processo de produção.

O Bolsa Família do governo federal, um programa de transferência de renda com condicionalidades, desde 2004, vem se consolidando no Brasil como um marco no enfrentamento à pobreza nos municípios. A lógica deste programa é que o acesso a uma renda mínima associada à oferta de serviços sociais básicos existentes nos municípios impactaria na condição de vulnerabilidades das famílias pobres e extremamente pobres do país, possibilitando sua autonomia.

Este artigo é fruto de uma pesquisa sobre o Programa Bolsa Família, realizada durante o ano de 2007, que dentre outros aspectos objetivou compreender a relação entre a situação de pobreza das famílias beneficiárias e o recebimento do benefício.

A pesquisa foi do tipo qualitativa. Privilegiou-se a fala, a compreensão dos diferentes sujeitos sobre sua situação de pobreza.. A escolha da pesquisa qualitativa se deu pela própria natureza do objeto de pesquisa, ou seja, considerou-se que os envolvidos no programa Bolsa Família possuem opiniões, interesses, vivências, informações, sem os quais o conhecimento sobre o Programa não se validaria.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a Entrevista Semi-estruturada a Observação Direta e a Pesquisa Documental. Diferentes sujeitos compuseram o universo da pesquisa: a gestora do Programa Bolsa Família, no município, a gestora de educação, a técnica auxiliar/master da freqüência escolar, a técnica da saúde responsável pela alimentação do Sistema de Vigilância Alimentar (SISVAN), a responsável pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a assistente social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e 15 (quinze) beneficiárias do Programa Bolsa Família. Totalizando 21 (vinte e um) entrevistados.

Durante as entrevistas individuais a fala dos diferentes sujeitos foi gravada com a sua permissão. Ressalta-se o cuidado com a preservação da identidade dos sujeitos pesquisados, optou-se pela utilização de nomes fictícios durante a fase de análise dos dados.

Durante o processo de pesquisa com os sujeitos, a idéia foi captar suas satisfações e insatisfações, suas impressões de maneira geral, orientando-os, com certa flexibilidade, para o objeto de pesquisa, o que permitiu aos entrevistados maior liberdade de resposta sem, contudo, se distanciar do foco da pesquisa.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Tentativa de compreensão do fenômeno da pobreza**

A partir do resgate de diversas concepções teóricas sobre a pobreza se pretende compreender tal fenômeno, o que exige uma análise das suas diferentes manifestações. Ressalta-se que a renda é apenas um dos elementos que ajudam a caracterizar o fenômeno em sua complexidade. Portanto, a pobreza aqui é analisada a partir de diferentes perspectivas, o que possibilita apreender o seu caráter multidimensional.

A pobreza pode ser caracterizada como pobreza absoluta ou pobreza relativa. A pobreza absoluta ressalta os componentes básicos, vitais, imprescindíveis para a satisfação da necessidade do indivíduo. Pobreza absoluta é o estado em que os indivíduos não conseguem satisfazer suas necessidades físicas, a exemplo de, alimentar-se, uma necessidade vital para qualquer ser humano. A pobreza relativa corresponde a um outro estágio. As necessidades vitais estão satisfeitas, mas há necessidades não satisfeitas que são importantes para o indivíduo, pois disto depende a sua inserção enquanto membro de um dado grupo (ROCHA, 2006).

A pobreza é um fenômeno de difícil mensuração, não pode, portanto, ser entendido como o faz o método quantitativo. A pobreza é sentida. As pesquisas qualitativas, neste aspecto, representam um avanço. São pesquisas que propõem a compreensão do fenômeno da pobreza à luz da própria trajetória de vida dos que estão nesta condição. Ainda falta muito para que tal fenômeno não seja visto apenas como um problema de natureza econômica, política e ideológica e passe a ser encarada como uma violação dos direitos do homem (SALAMA ET AL, 1999).

A concepção de Pierre Salama et al (1999), sobre a pobreza extrapola a análise feita por Sônia Rocha (2006). Enquanto suas análises centralizam-se na dimensão do direito social, considerando o caráter multidimensional da sua materialização e extrapolam as análises científicas históricas de compreensão da pobreza, Sonia Rocha (2006), por sua vez, considera a sua multidimensionalidade, mas aborda a partir da perspectiva criticada por Pierre Salama et al (1999) o método quantitativo. São duas abordagens que permitem visualizar dimensões variadas sobre um mesmo fenômeno.

A pobreza, dada as circunstâncias econômicas sociais atuais, só pode ser compreendida na sua multiplicidade, na sua complexidade. Assim, políticas de enfrentamento ao problema precisam pautar-se em fatores que permitam uma caracterização mais aproximada do fenômeno. Considerar o critério renda como fator de explicação da pobreza não revela a sua complexidade, conseqüentemente, são frágeis as ações direcionadas para o seu combate com base neste critério (BAJOIT, 2006).

Ao se posicionar criticamente sobre a definição de pobreza enquanto ausência de renda, Guy Bajoit (2006), direciona a discussão para as suas diferentes manifestações, o que implica em reordenamentos das políticas sociais para o atendimento da demanda dos diferentes grupos atingidos por diversas situações de vulnerabilidades sociais. Contudo, ressalta-se que a renda é também um critério de mensuração quando se elabora programas destinados a populações pobres, em que há a necessidade de se identificar entre as inúmeras situações de pobreza as mais críticas. Isto devido a impossibilidades, por diversas restrições, de se atingir toda a população que deveria ser contemplada. .

Numa outra dimensão diferente dos autores até aqui elencados, Pedro Demo (2003) se posiciona em relação ao fenômeno. A pobreza não é decorrente apenas da má distribuição de renda e da falta de crescimento econômico, e não será erradicada por transferência monetária de renda. Analisar a pobreza em sua dimensão política é desvelar conflitos existentes que envolvem esta problemática (DEMO, 2003). O autor desloca o eixo da discussão sobre a pobreza para uma análise dos processos contraditórios intrínsecos ao capitalismo. Ao se posicionar desta maneira, o autor critica tanto as concepções neoliberais sobre o afastamento do Estado quanto as concepções que apostam no Estado ou na capacidade solidária de a sociedade resolver o problema.

A função do Estado aliada à do mercado, é a de atender o bem-comum, isto só é possível pelo controle democrático destas duas instâncias às quais a sociedade não pode submeter-se. Os pobres têm capacidade para resolução de seus dilemas, para isto, basta que esta condição seja construída a partir de políticas sociais emancipatórias (DEMO, 2003).

Quanto à concepção de Pedro Demo, ressalta-se que o controle democrático de uma sociedade depende de uma conjuntura em que aos atores sociais devem ser disponibilizadas condições mínimas de sobrevivência, ou seja, controlar democraticamente ações do Estado requer um mínimo de garantia dentro do processo produtivo. Atualmente, a distância é visível. Para as populações pobres, os programas de transferência de renda têm sido este mínimo. A questão está em como esse

mínimo pode se transformar em direitos, em garantias institucionalmente legalizadas. O programa Bolsa Família ainda não tem esta prerrogativa, o que não se descarta, tal proposta. Para isto é preciso tratar o enfrentamento à pobreza no âmbito do direito.

A perspectiva de abolição da pobreza é também vislumbrada a partir do campo do direito. Pobreza é violação dos direitos humanos. Os direitos humanos (cívicos, políticos, culturais, econômicos e sociais) proclamados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem são constantemente violados, uns mais que os outros e a consequência da violação de cada um deles é a pobreza. Esta perspectiva muda a forma como esta sempre foi vista – um fato lamentável a ser remediado pela caridade – mas, passaria a ser concebida como um problema prioritário dos governos (SANÉ, 2004).

As concepções ora apresentadas sobre pobreza não encerram a discussão, mas permitem uma definição um pouco mais elaborada do fenômeno. Na tentativa de se definir o fenômeno, comete-se o erro de não considerar os diversos aspectos da realidade que se objetiva analisar, assim, não se visualiza todos os fatores que o problema envolve (BERNARD, 2003).

Sem nenhuma pretensão de definir pobreza, mas considerando as contribuições dos referidos autores pode-se afirmar que a pobreza é: ausência de renda, impossibilidade de atender às necessidades básicas ou consideradas prioritárias pelo sujeito que sofre privações, é violação dos direitos universais do homem. Além disso, pobreza é sentida, subjetivada e envolve aspectos contraditórios conflituosos típicos das sociedades capitalistas.

## **2.2 Características sócioeconômicas do município de Bacabal no Estado do Maranhão**

Bacabal é uma cidade com uma população de 98.117 (noventa e oito mil cento e dezessete) habitantes distribuídos numa área de 1.609 (um mil seiscentos e nove) quilômetros quadrados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2000, em Bacabal, a esperança de vida ao nascer, em anos, é de 60,09; a taxa de alfabetização de adultos é de 71,20%; a taxa bruta de frequência escolar

é de 79,65%; a renda per capita é R\$ 101,51 (cento e um reais e cinqüenta e um centavos); o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é de 0,623. Com esses números o município de Bacabal, segundo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), classifica-se em nível de Maranhão e Brasil, respectivamente, nas posições 39

e 4253. O que significa que o município de Bacabal tem baixos índices de desenvolvimento social, considerando-se o índice nacional (IBGE, 2007).

Em Bacabal, a População Economicamente Ativa (PEA) é equivalente a 68% da população, com apenas 7,19%, no mercado formal. O maior empregador é a Administração Direta do Poder Público (IBGE, 2000). A relação política da sociedade com o poder público é de dependência. Esta relação tem melhorado a partir da Constituição de 1988 que tem obrigado Estados e Municípios a fazerem concursos para o preenchimento de vagas em diferentes setores. O município, portanto, não oferece oportunidades de empregos, mesmo temporários, que possam abarcar um número considerável da população economicamente ativa, o que tem levado muitas pessoas ou a migrarem para outras regiões do país, ou a ficarem no município esperando alguma ação do Estado ou da sociedade.

O município de Bacabal conta com cento e cinquenta e três (153) estabelecimentos de Ensino da rede pública e particular, distribuídos da seguinte maneira: dezoito (18) da pré-escola estadual e municipal; dez (10) da pré-escola privada; cento e oito (108) do Ensino Fundamental Estadual e Municipal; oito (08) do Ensino Fundamental privado; cinco (05) do Ensino Médio da Rede Estadual e quatro (04) do Ensino Médio privado. Quanto ao ensino de terceiro grau, Bacabal conta com um Centro da Universidade Estadual do Maranhão e com duas universidades particulares. O município, portanto, tem uma estrutura, no que diz respeito ao número de estabelecimentos de ensino, capaz de suprir a necessidades educacionais da população. A caracterização educacional é numérica, portanto não se tem dados suficientes que permitam elaborar juízos de valor e avaliar a qualidade da educação no município.

Quanto à estrutura de atendimento à saúde, esta é bastante debilitada. Há apenas 40 (quarenta) unidades de saúde no município. A maioria não apresenta estrutura suficiente de atendimento para o combate do quadro de doenças/mortalidade. Só existe uma unidade de atendimento emergencial e apenas um hospital credenciado. São três (03) estabelecimentos com internação total, três (03) com apoio a diagnose e terapia (IBGE, 2007). A estrutura de atendimento à saúde, como se vê, é bastante debilitada. No caso de qualquer enfermidade que requeira um tratamento mais complexo, a população vê-se obrigada a deslocar-se para as capitais mais próximas, São Luís ou Teresina.

A caracterização socioeconômica do município de Bacabal evidencia a importância do Programa Bolsa Família para o município.

### **2.3 Caracterização do Programa Bolsa Família no município de Bacabal-MA**

O município de Bacabal aderiu ao programa Bolsa Família desde 2004, e a partir de então, tem havido um aumento considerável no número de famílias que acessam o programa. Em janeiro de 2004 eram 3.188 (três mil cento e oitenta e oito), em janeiro de 2005, 6.741 (seis mil setecentos e quarenta e um) em março de 2008 receberam o Bolsa Família 12.519 (doze mil quinhentos e dezenove) famílias.

A estrutura do programa está centralizada na própria Secretaria Municipal de Ação Social. Em 2004, só existia 1 (um) micro-computador com um número aproximado de 10.700 (dez mil e setecentos) cadastros que deveriam ser atualizados. Hoje, a coordenação do programa conta com 5 (cinco) micro-computadores, para alimentar uma base de dados de 18.700 (dezoito mil e setecentos) cadastros.

Na sala de processamento de dados, ficam os 5 (cinco) micro-computadores e a coordenação do Programa. É uma sala climatizada onde o sistema é alimentado com os respectivos dados das famílias beneficiárias. Um dos funcionários da equipe criou um banco de dados que facilita o acesso imediato às informações das famílias beneficiárias. Segundo a coordenação do Programa o número de micro-computadores é suficiente mas as máquinas são lentas, deveriam ser mais rápidas e assim dinamizar todo o processo de informações de dados que acontece diariamente.

A coordenação do Programa Bolsa Família ocupa três espaços na Secretaria de Ação Social: um terraço, a sala de espera dos beneficiários e mais duas salas, a do arquivo e a de processamento de dados. A equipe é formada por 10 (dez) pessoas que trabalham diretamente no Bolsa Família. No setor de arquivos são guardados todos os formulários, separados por bairros e povoados, organizados por ordem alfabética. A existência dos arquivos é uma estratégia de controle para que não haja repetição de cadastros. Nesta sala ficam duas pessoas atendendo, mas em época de recadastramento a Secretária de Ação Social, designa mais funcionários. Na época da pesquisa 3 (três) pessoas estavam no atendimento. A rotina de atendimento é a seguinte: sempre que o beneficiário chega com algum problema ou quando são feitos recadastramentos anualmente, primeiro, se procura o cadastro no arquivo para em seguida de posse destes cadastros o beneficiário é encaminhado para o setor de processamento de dados onde seu cadastro é atualizado.

Segundo a gestora do Programa, para melhor dinamizar a fiscalização ou o controle sobre a efetivação dos cadastros, foi feita a aquisição, pela Secretaria de Ação Social, de uma motocicleta que está sendo paga com o repasse do Índice de Gestão Descentralizada-IGD. Existe um funcionário na equipe que faz este trabalho.

No município, alguns cadastros apresentam problemas de duplicidade decorrentes ainda da implantação do programa. Muitas famílias que já estavam cadastradas no Bolsa Escola, em 2004, fizeram também o cadastro quando da implantação do Bolsa Família. Além da duplicidade também não foram obedecidos os critérios de elegibilidade do programa. Famílias que não correspondiam ao perfil foram cadastradas e receberam o benefício. Estas distorções foram diminuindo com o aperfeiçoamento do Cadastro Único-CadÚnico, mas ainda hoje algumas distorções ainda persistem, segundo a coordenadora. A fim de evitar este problema, o Município utiliza a estratégia de só cadastrar a família depois da visita domiciliar, para checar se as informações sobre as famílias são verdadeiras.

Em 2007 a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, foram detectados cerca de 300 (trezentos) casos de famílias que não correspondiam ao critério de elegibilidade do programa, portanto, não deveriam mais receber o benefício. Foram contratadas mais quatro pessoas para checarem as informações junto às famílias beneficiárias. O município passou três meses atualizando as informações dos cadastros destas famílias.

Dos antigos 10.700 (dez mil e setecentos cadastros) do Bolsa Escola, em 2003, no final de 2007, aumentaram para 18.700 (dezoito mil e setecentos) cadastros na base de dados do município. Como a cota definida para o município é de 12.700 (doze mil e setecentos) famílias - o governo toma como referência o número de pobres classificados segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - muitas famílias não conseguem acessar o programa. O gestor do Bolsa Família reclama da falta de autonomia na inserção de famílias no programa. Não se tem o poder de deliberar sobre quem vai receber o benefício o que acaba se tornando uma frustração porque não conseguem resolver este tipo de problema. Compreende-se que esta estratégia do governo federal contribui para a diminuição da influência do município sobre quem deve ou não receber o benefício, evitando assim, possíveis inserções indevidas.

Atualmente, o atendimento às famílias beneficiárias melhorou muito, o município conta com uma estrutura de atendimento mais dinâmica. A coordenação não acumula funções, a preocupação restringe-se aos cadastros e aos benefícios. Isto foi constatado também durante a pesquisa em que se acompanhou a rotina de trabalho da coordenação do programa e se observou o Índice de Gestão Descentralizada – IGD, que foi de 0,82, para a validação e 0,79 para atualização dos cadastros. O índice foi maior do que o de Educação, 0,80 e muito acima do índice de saúde, 0,42. O total de recursos que seriam disponibilizados para o município no mês de referência, que foi Dezembro de 2007, seria de R\$ 31.907,50 (trinta e um mil

novecentos e sete reais e cinqüenta centavos), o município recebeu R\$ 22.492,80 (vinte e dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos). Bacabal deixou de receber R\$ 9.414,70 (nove mil quatrocentos e catorze reais e setenta centavos). Percebe-se que o menor índice foi o de saúde. O que permite afirmar sobre a fragilidade deste setor no atendimento às famílias beneficiárias (MDS, 2007).

## **2.4 Perfil sócioeconômico das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família no município de Bacabal-MA**

O perfil sócio-econômico das famílias entrevistadas é compatível com a situação de pobreza e extrema pobreza que o programa Bolsa Família exige. As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Bacabal-MA, enfrentam uma situação de pobreza absoluta (ROCHA, 2006), não satisfazem as suas necessidades básicas. O estado de pobreza em que se encontram é reforçado pelo baixo nível de escolarização e, conseqüentemente, pela pouca qualificação profissional. Desenvolvem atividades laborais que têm pouco valor no mercado como a de pescador, a de cortador de juquirá, a de manicure. São pessoas sem nenhuma profissão definida como as que vivem de trabalhos esporádicos como lavar roupa, fazer faxina dentre outros, além dos desempregados.

A maioria das famílias beneficiárias vive em casa própria, em casas alugadas ou na casa da mãe, convivendo com cerca de 4(quatro) pessoas. Geralmente são residências de barro cobertas de palha ou de tijolos coberta de telhas. Têm um ponto em comum, a necessidade de melhorar o lugar em que vivem. São casas ou muito pequenas, que não acomodam todos os familiares conforme gostariam, ou não oferecem segurança, ou as duas coisas juntas. Estas famílias têm uma renda média, não fixa de R\$ 300,00 (trezentos reais) e recebem do programa cerca de R\$ 80,00 (oitenta reais).

O perfil sócioeconômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Bacabal foi definido a partir da concepção de pobreza das famílias beneficiárias. Concepção fundamental para definir pobreza a partir da visão de quem a sente. A partir desta definição, pôde-se estabelecer um diálogo cujo objetivo foi descrever as suas carências as suas necessidades, e elaborar o seu perfil sócio-econômico. A concepção de pobreza dos gestores e técnicos serviu para que se evidenciasse a distância entre a realidade das famílias beneficiárias e a concepção que eles têm da pobreza destas famílias.

Para os gestores e técnicos todos os grupos familiares que acessam o Programa Bolsa Família são pobres ou extremamente pobres. As diferentes

perspectivas sobre o que entendem por pobreza podem aqui ser resumidas em três assertivas: 1) pobreza é ausência de renda, o que impede, a supressão das necessidades materiais e impactar sobre a qualidade de vida além da mudança de status social; 2) pobreza é ausência de direitos, principalmente o direito público à informação, isto implica na não aquisição de bens materiais; 3) pobreza é relativa, corresponde a uma situação de carência, em que às vezes, algumas necessidades são satisfeitas, outras, não.

Os gestores e técnicos de uma maneira geral, explicam a pobreza a partir de três eixos: ausência de renda, ausência de direitos e satisfação ou não de necessidades. Estas explicações, assim como explicações teóricas sobre pobreza ainda dizem pouco sobre a condição sócio-econômica das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Bacabal-MA.

As famílias beneficiárias, ao contrário dos gestores, induzem a uma outra perspectiva sobre o fenômeno da pobreza. A partir do olhar sobre si mesmas, sobre sua situação na luta diária para sobreviverem, e considerando a situação do outro, elas captam o fenômeno, e nesta perspectiva nem todas se consideram pobres. Esta lógica, própria das entrevistadas foi analisada a partir das suas respectivas falas que foram divididas em dois grupos: as que não se consideram pobres, ou que tiveram um pouco de dúvida, mas, não afirmaram ser pobres, e as que se consideram pobres.

As famílias beneficiárias que não se consideraram pobres, ou as que tiveram um pouco de dúvida e afirmaram não ser pobres, utilizaram argumentos abaixo ilustrados.

Para Dona Izaura ser pobre é:

“[...] quem não tem moradia, quem mora na rua, não tem pão, o pão de cada dia. Eu não sou pobre porque eu tenho o feijão e o arroz todo dia, também não sou rica [...]”

Afinal quem é pobre? A referência é a condição em que se encontra o outro. Sempre existem pessoas com mais necessidades, nas palavras de Margarida:

“[...] eu não sou pobre não. Pobre é a pessoa que não tem nada, né, não tem aqueles pobrezinhos mesmo, que a gente vê que não tem nada, não tem uma casa, não tem o que comer todo dia, eu tenho o que comer todo dia [...]”.

A importância da casa própria como elemento definidor da condição de pobreza ficou evidenciada nas diferentes falas como foi o caso da fala da Socorro:

“[...] eu não me acho tanto assim não porque eu antes não tinha casa agora já tenho [...]. Eu vejo outras pessoas mais pobres do que eu [...] sou muito conformada, porque antes eu não tinha uma casinha mesmo de palha. Eu não tinha, vivia de casa alugada, hoje eu tenho minha casinha, vivo na minha casinha e sou muito feliz, eu não me acho pobre [...]”.

A pobreza também foi descrita associada à religiosidade. O depoimento de Maria José é expressão desta concepção:

“[...] não, eu não sou pobre não, eu sou precisada porque pobre é do coisa ruim é ser do coisa ruim [...] a renda só dá pra gente viver porque o pouco com Deus é muito mas, a gente vive assim [...]”.

Na concepção das famílias desse grupo, mesmo acessando o Programa Bolsa Família elas não se consideram pobres e a referência é a condição em que se encontra o outro. Sempre existem pessoas com mais necessidades do que as vivenciadas por elas. Existe uma concepção generalizada de que o pobre é aquele que não está em condição de satisfazer, mesmo minimamente, suas necessidades básicas, como alimentar-se e ter uma casa para morar. A casa própria é fundamental para não se considerarem pobres. A pobreza também foi vista como algo demoníaco, ruim. É difícil qualificar-se utilizando-se uma terminologia tão impregnada de negatividade. As beneficiárias têm consciência tanto das suas necessidades como das dificuldades de atendê-las, mas, mesmo assim definir tal situação se autodenominando pobres é não considerar que outras pessoas vivenciam necessidades superiores às suas.

O discurso das beneficiárias que se consideraram pobres foi incisivo. As suas falas retratam os seus sentimentos que, na sua maioria, depende da situação em que se encontram no momento.

Para Walquíria, ser pobre é não ter renda suficiente para atender suas necessidades conforme seu relato:

“[...] ser pobre é um pouco complicado, né? Eu acho assim, que eu me acho pobre porque às vezes falta coisa e não tem dinheiro pra comprar na hora [...] compra as coisas na barraca pra pagar com um mês com dois, e aí é assim [...]”.

O acesso ao benefício como uma fonte de renda também definiu a condição de pobreza, como é o caso de Alzira:

“[...] eu me acho uma pessoa pobre porque eu não tenho de onde tirar outra coisa é só esses noventa e cinco reais que eu recebo do Bolsa Família [...], eu ainda não me aposentei porque agora que eu vou completar sessenta anos e não pago sindicato porque nunca pude pagar, [...]”

O trabalho dobrado para conseguir melhorar a renda também foi elemento definidor da condição de pobreza de Francisca, como ela afirmou:

“[...] eu sou pobre sim. Eu tenho que trabalhar dobrado para conseguir uma rendinha a mais, hoje mesmo eu vou tirar umas consultas lá no Centro Social para uns dois rapazes do interior e aí eu ganho hoje para poder comer amanhã. Eu sempre estou

dando um jeito de arrumar um servicinho porque eu não tenho ninguém, é só eu mesmo. Eu lavo roupa eu cozinho eu faço qualquer coisa [...]”.

A falta de uma casa para morar associada a outras necessidades foram fatores que Helena se utilizou para se definir como uma pessoa pobre, conforme seu discurso:

“[...] eu sou pobre sim, porque eu tenho precisão de uma coisa e não tenho dinheiro prá comprar [...] comprar remédio, comprar sapatos pros meninos [...] é ter uma casa porque eu vivo na casa da minha mãe [...]”.

Neste grupo estavam as famílias com uma situação econômica mais grave do que as do grupo que não se consideraram pobres. São famílias que enfrentavam problema de saúde com algum membro familiar e se encontravam impotentes diante de tal situação. A maioria também não tem casa própria ou vive em casas alugadas ou na casa de algum parente. Daí o fator renda ter sido tão enfatizado nos seus discursos. A renda, pela gravidade da situação de vulnerabilidade que estão passando no momento, como a impossibilidade de trabalhar por terem que cuidar dos familiares doentes ou por estarem com problemas de saúde, se apresentou como fator importante para que se considerassem pessoas pobres. A sua condição de pobreza foi associada também a outros fatores como não possuir residência própria, por exemplo.

De uma maneira geral, a renda das famílias em geral, não é um valor fixo, oscila muito, oscilando conseqüentemente a renda per capita familiar o que torna importante o benefício por ser a única fonte de renda fixa. A fala de Alzira é ilustrativa, ela não trabalha e depende da ajuda dos filhos que não estão mais morando com ela: “[...] é o único certo [...] quem vai chegando traz alguma coisa [...] a gente vai levando só com estes R\$ 90,00 (noventa reais) aí tem que segurar pra dar [...] porque dinheiro pouco é a gente saber controlar ele [...] comprei um fardo de arroz de R\$30,00 (trinta reais) para dar o mês todinho [...] primeiro eu compro um caderno, um lápis e esta pasta pros dentes porque não pode ficar sem esta pasta, dois quilos de feijão e o carvão [...]”.

Falta o remédio, a alimentação, enfim como muitas definiram, “falta tudo”. Quanto à alimentação, esta é precária e depende do momento, da situação em que estão passando. Nos casos extremos, as famílias passam fome, visto que nem sempre fazem as três refeições diárias. O discurso de Alzira permite que se entenda tal situação:

“[...] porque o feijão tá aí, a gente come, mas do meio-dia pra tarde era tão bom se tivesse outra coisinha pra gente comer.... assim um suco... se eu pudesse comprar um bolo, fazer um bolo era tão bom porque eu agüento ficar sem comer à noite e de dia

eu já quase não agüento comer arroz e feijão duas vezes, então às vezes eu não janto... carne minha irmã é muito caro [...].”

As necessidades são tantas que as famílias sentem dificuldade de enumerá-las. Na fala de Socorro, que tem uma casa de barro coberta de palhas, isto foi percebido:

“[...] é na comida.. porque cada dia que passa a comida aumenta... necessidade é na hora do remédio, remédio é mais necessário até porque agora mesmo eu estou doente, eu estou com quinze dias com... eu não sei nem explicar direito, hoje era pra mim marcar a consulta lá no Centro Social, porque eu estou com depressão...imagina me consultar e na hora de comprar remédio? ... tem o bairro também que é bom mais é muito violento.. e isto me incomoda... já quiseram até entrar aqui em casa só por causa desse DVD e dessa televisão[...]” .

A existência de pessoas doentes na família intensifica a situação de pobreza a que as famílias estão submetidas, e isto somado a outros agravantes como a falta de uma casa própria define sua situação de pobreza extrema. O caso de Lurdes é ilustrativo. Ela recebe R\$ 96,00 (noventa e seis reais) do Programa e sustenta uma casa com onze pessoas, com a ajuda de três filhos, dois pequenos que vendem lanche na rua e um filho mais velho que recebe cerca de R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês como ajudante em uma olaria. Lurdes vivencia esta situação depois que o marido sofreu um acidente e não pôde mais trabalhar:

“[...] eu não tenho casa, a comida tá difícil, eu estou ruim mesmo. Preciso de casa, comida, remédios... meu marido tá aqui prostrado numa rede já faz cinco meses e cada vez mais é pior, eu já levei ele aqui no hospital, em Pedreiras em São Luís e ninguém resolve... agora mesmo ele tá gemendo de dor porque eu não tenho dinheiro pra comprar o remédio pra dor...a coisa aqui tá dura nem a casa aqui é nossa, é alugada, eu pago R\$ 30,00 (trinta reais), só são esses três cômodos aqui, a gente dorme uns por cima dos outros[...]”.

A situação de doença na família, somado à instabilidade de renda intensifica ainda mais a situação de vulnerabilidade, como Gorete afirmou:

“[...] agora mesmo essa menina tá doente tá com hepatite então, eu preciso de remédio, de alimentação [...] eu queria pelo menos um empreginho de zeladora [...] porque às vezes chega a CEMAR, sobe pra cortar a luz da gente [...] a gente tá lutando pra pagar mas eles não entendem isso [...] às vezes a pessoa não é assalariada e não tem o dinheirinho todo mês e atrasa, isto não é culpa nossa porque agente tenta [...]”.

O valor do benefício não resolve as diversas carências sentidas e não é suficiente para que as famílias possam fazer escolhas mais apropriadas diante de

propostas de trabalho, pelo baixo nível de escolaridade e pouca qualificação profissional. Se por um lado não permite escolhas de trabalhos mais dignos, por outro lado, permite a muitas mulheres que façam escolhas quanto ao cuidar da casa e não desenvolver atividades fora do lar, ou por serem muito cansativas, ou por não terem como deixar seus filhos, como é o caso de Helena:

“[...] eu mesmo não tenho marido... às vezes lavo roupa e só ganho dez reais é muito pouco e minha mãe não pode cuidar dos meus dois filhos... o dinheiro do Bolsa Família é pouco mais me ajuda muito, se não fosse ele não sei como eu ia fazer para trabalhar e cuidar dos meninos”.

O valor do benefício é muito baixo para possibilitar mudanças substanciais nas condições de vida destas famílias. Tal valor, portanto, é um dos limites que o Programa Bolsa Família enfrenta (SILVA, 2007).

Ao mesmo tempo em que se utilizam de estratégias para driblar as inúmeras necessidades, o benefício é utilizado nas necessidades básicas diárias. Compram alimentos, roupas, calçados, pagam colégio para as crianças, compram material escolar, pagam água, luz, enfim utilizam conforme as necessidades sentidas, como é o caso de Neuza:

“[...] Esse dinheirinho minha amiga eu estico ele o máximo que eu posso. Eu pago uma água eu compro um remédio compro alimentação, compro roupa quando precisa [...]”.

Todas reconhecem que mesmo sendo pouco representa uma renda no final do mês. A fala de Francisca é ilustrativa de tal afirmativa:

“[...] eu acho certo o governo tá dando esse dinheiro... é uma ajuda certa pra muita gente que não tem condição.. já sabe o dia certo de tirar e comprar o que falta para o filho...porque aqui todo dinheiro vai pra panela [...]”.

A maioria está satisfeita com o benefício, mas gostaria que o governo aumentasse porque não supre suas necessidades. Na fala de Izaura fica evidenciado a relação entre satisfação por estar recebendo o benefício e valor do benefício que não satisfaz as necessidades materiais:

“[...] é bom, mas, eu acho pouco...porque quando a gente vai prá uma livraria fazer compras não dá, a pessoa fica devendo quatro cinco meses e é porque não compra nem a metade das coisas porque só os cadernos é um absurdo, vinte, trinta reais, e são quatro no colégio, e todos precisam de material escolar... eu acho pouco[...]”.

Lúcia acredita que o governo deveria pagar um salário para poder satisfazer algumas das necessidades de sua família composta por ela o marido e um filho:

“[...] o que dava mesmo era um salário pra uma família se manter, viver. Não dá pra comprar tudo... porque uma pessoa doente pra comprar remédio não dá, só dá pra comprar comida e manter o filho na escola [...]”.

O valor do benefício é insuficiente para satisfazer mesmo que minimamente as suas necessidades calóricas diárias, o que representa uma violação do Direito Humano à Alimentação, conforme Zimmerman (2006). Isto nos leva a duas reflexões: em que medida o valor do benefício seria suficiente para atender as necessidades destas famílias? Do ponto de vista orçamental o Governo Federal teria condições de elevá-lo de modo a atender à situação de pobreza destas famílias? Acredita-se que esta seja uma discussão que deve envolver governo sociedade e principalmente as famílias beneficiárias.

O benefício, para algumas entrevistadas, representa a única fonte de renda. Para todas as beneficiárias, representa uma ajuda e torcem para que não deixem de recebê-la, mas, se isto acontecer, encontrarão formas de sobrevivência, como sempre fizeram, nas palavras de Ester:

“[...] eu sempre trabalhei... seria mais difícil mais a gente sempre arruma um jeito eu vivia sem ele [...]”

A situação de pobreza, como foi afirmado em outro momento, norteou a apreensão sobre a condição em que vivem as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Bacabal no Estado do Maranhão. Esta apreensão validou as inferências sobre a situação de pobreza destas famílias, ao mesmo tempo em que evidenciou a importância não só do benefício, mas do programa em si, diante das inúmeras dificuldades percebidas.

### **3 CONCLUSÃO**

Pobreza para as famílias beneficiárias é ausência de renda, é não satisfação de necessidades básicas, como alimentar-se. É impossibilidade de resolução de problemas de saúde, é não ter casa para morar, é viver situação de insegurança, é ter medo de não poder satisfazer minimamente as necessidades.

As famílias beneficiárias utilizam o benefício para suprir necessidades cotidianas. A autonomia que têm em relação à utilização do benefício é fundamental para essas famílias, pois podem utilizá-lo conforme as necessidades vão se apresentado. Definir com que as famílias devem utilizar o benefício é destituí-las da liberdade, do direito de dizer o que consideram prioridades. A autonomia na utilização do benefício é um ponto positivo do programa.

O valor total do benefício pode até incrementar a atividade comercial local, mas, considerando as necessidades cotidianas de cada família beneficiária se situa ainda num patamar aquém das reais necessidades identificadas. Por outro lado, o recebimento do benefício permite certa autonomia, diante de propostas de trabalho, que do ponto de vista orçamentário, não compensa abandonar suas tarefas no próprio domicílio. As famílias vivenciam uma situação paradoxal considerando o valor do benefício. Este, ao mesmo tempo em que não atende totalmente as suas necessidades, é significativo, representa uma renda fixa.

As famílias beneficiárias reconhecem que o valor do benefício é baixo, mas, sofreriam muito se não recebessem essa ajuda do governo. É assim que concebem o benefício, como uma ajuda oferecida por um governo que se preocupa com a sua situação.

O trabalho para as famílias beneficiárias faz parte do seu cotidiano. Não se encontrou nenhum depoimento ou postura que indicasse o contrário. O que reforça a idéia contrária da indução à preguiça, á acomodação que o benefício pode provocar. As famílias não deixariam de exercer atividades laborais exceto, se não compensar financeiramente. Este também é um aspecto positivo do benefício, ou seja: a possibilidade de escolhas diante de propostas de trabalho.

Os resultados desta pesquisa valida conclusões sobre o valor de referência do benefício e o programa Bolsa Família. Mesmo se fosse um salário mínimo, as famílias melhorariam sua condição, sobretudo porque aumentariam consequentemente, seu poder de compra, mas, outras estratégias deveriam ser implementadas para combater a pobreza absoluta em que a maioria se encontra. Os serviços sociais básicos de qualidade, a possibilidade de acessá-los e resolver suas necessidades imediatas como a de um filho ou um marido doente na família, é fundamental para as famílias beneficiárias pesquisadas. Assim, um aumento significativo no valor do benefício e o acesso à saúde, educação, serviços sociais básicos, impactaria positivamente sobre a condição de pobreza das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município, o que já faz parte da proposta do programa.

## REFERÊNCIAS

BERNARD, F. de. **O governo da pobreza**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003.

BAJOIT, G. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: Casimiro M. B. et al (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**: uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Ijuí, Coleção método e teorias, 2006.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **MDS – 2007..**  
Disponível em: <[http:// www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) >.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

INSTITUTUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O mundo hoje. In:  
IPEA. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. [S.l.] : Banco Mundial/FGV,  
2000.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão**. São Luís, MA,  
2000. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **ibge@idades - 2004**. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.cidades](http://www.ibge.gov.cidades)>.  
Acesso em: 12 set. 2007.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. Tradução. Heloísa B. **O tamanho da pobreza:**  
economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Gramond Universitária,  
1999.

SANÉ, P. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: Jorge W.et  
al. (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão  
social. Brasília: UNESCO, 2004.

SILVA, M. O. da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de  
transferência de renda no Brasil. **Revisa Ciência Saúde Coletiva**. v.12, n.6, nov./dez.,  
2007.

ZIMMERMAN, Clóvis Roberto. O Programa Bolsa Família sob a ótica dos direitos  
humanos. In: SEMINÁRIO SOBRE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA,  
2006, São Luís. **Anais...** São Luís: EDUFMA, 2006.